



DESCENTRALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM ANÁPOLIS/GO – O CASO DO BAIRRO JUNDIAÍ

Descentralización y segregación socioespacial en Anápolis/GO – el caso del
Barrio Jundiáí

José Vandério Cirqueira Pinto¹

vanderio@pop.com.br

Elaine Alves Lobo Correa¹

Universidade Estadual de Goiás

RESUMO

O espaço intra-urbano das cidades se reestrutura configurando novos dinamismos e funcionalidades, o que se dá por meio da mobilidade das classes sociais, das disputas por melhor localização e acessibilidade, as quais forjam novos eixos de comando, centralidades e segregações. Em Anápolis, atualmente, percebe-se que seu Centro Tradicional encontra-se em processo de descentralização, o que resulta na formação de novas centralidades e subcentros em seu espaço intra-urbano. Nos interstícios desse espaço intra-urbano cristalizam-se auto-segregações e espaços excluídos, dentre os quais destaca-se o Bairro Jundiáí, um dos principais protagonistas desse reflexo segregador em Anápolis. Percebe-se na paisagem deste setor uma crescente verticalização, além de uma forte diversidade comercial e de serviços que atende principalmente às classes anapolinas de maior poder aquisitivo. Assim, este trabalho tem como propósito estudar o processo de descentralização/segregação em Anápolis alavancado, principalmente, pelo Bairro Jundiáí que se acomoda como agente reconfigurador da estrutura interna de tal cidade.

Palavras chave: Anápolis – descentralização - segregação sócio-espacial.

RESUMEN

El espacio intraurbano de las ciudades se reestructura configurando nuevos dinamismos y funcionalidades, lo que se da por medio de la movilidad de las clases sociales, de las disputas por una mejor localización y accesibilidad, las cuales forjan nuevos ejes de comando, centralidades y segregaciones. En Anápolis, hoy día, se percibe que su centro tradicional se encuentra en un proceso de descentralización, lo que resulta la formación de nuevas centralidades y subcentros en su espacio intraurbano. En los intersticios de ese espacio urbano amplio se cristalizan autosegregaciones y espacios excluidos, dentro de las cuales se destacan el barrio Jundiáí, uno de los principales protagonistas de ese reflejo segregador, en Anápolis. Se percibe en la paisaje de este sector una verticalización creciente y aún una diversidad comercial fuerte y servicios que atiende, principalmente, las clases sociales de poder adquisitivo mejor. De esa manera, este trabajo tiene el objetivo de estudiar el proceso de la descentralización/segregación en Anápolis impulsado, principalmente, por el barrio Jundiáí que se acomoda como un agente reconfigurador de la estructura interna de tal ciudad.

Palabras clave: Anápolis – descentralización – segregación socioespacial.



Introdução

Esse artigo é fruto de reflexões feitas acerca do espaço intra-urbano de Anápolis, ensejando a interpretação do processo de descentralização conjugado à configuração da segregação sócio-espacial exercida pelo Bairro Jundiáí. Este trabalho é ainda, uma argumentação teórica e uma interpretação dialética das forças que se instauram ao longo do mosaico interno do espaço anapolino, que se constitui em subsidiar à investigação dos novos fluxos internos das classes abastadas captados por um olhar empírico .

Investigar o urbano é, além de tudo, fazer uma reflexão sobre a cidade. Esta representa a forma e aquele outro o fluxo e a dinâmica. Conforme afirma Carlos (1997), a paisagem urbana é o reflexo da ordem e do caos. É nela que está impressa a materialidade das forças produtivas. É no fluxo caótico e contrariamente ordenado que se estrutura a cidade ou são concebidas as formas urbanas. Fortalecendo tal afirmação, Santos (2004) diz que o espaço é fruto da acumulação desigual dos tempos. O reflexo dessa acumulação desigual está visível através dos problemas urbanos que se encontram embricados nas entranhas do espaço e escancarados nas paisagens das cidades.

Dentre a infinidade existente de problemas urbanos, este trabalho debruça-se sobre a análise da segregação sócio-espacial, e no entendimento de sua importância na reestruturação intra-urbana de Anápolis. O papel do Estado, dos promotores fundiários e agentes imobiliários, bem como as ações das classes sociais fazem-se e refazem-se sob a lógica da segregação, seja de classes abastadas ou populares, seja em condomínios ou em favelas, seja pelo centro ou pelo não-centro.

Percorrendo esse entendimento, Anápolis se destaca como uma cidade média do Estado de Goiás, com reluzente autonomia no contexto regional, mas com questões urbanas que se repetem em várias cidades brasileiras ou até internacionais no que diz respeito a uma escala intra-urbana. Portanto, investigar a segregação sócio-espacial em Anápolis como fruto da descentralização intra-urbana é o objetivo central desse trabalho, no qual, em um primeiro momento, discutir-se-á sucintamente sobre *Anápolis no contexto da urbanização goiana*; far-se-á em seguida uma breve *análise do espaço intra-urbano de Anápolis* e por último, empreender-se-á um estudo sobre a *segregação sócio-espacial de Anápolis*, manifestada particularmente no Bairro Jundiáí.

Anápolis no contexto da urbanização goiana

É um equívoco afirmar que os estudos urbanos estão saturados, principalmente aqueles direcionados à análise da escala intra-urbana, na qual são evidenciados os fluxos de pessoas como agentes reestruturadores da cidade, além da mobilidade das classes da casa para o trabalho, lazer e consumo, etc., (VILLAÇA, 1998).



Nesse entendimento, a geografia goiana como um todo, vem se preocupando cada vez mais com os fenômenos alavancados pela disputa de poder e pela relação das classes sociais. No caso da geografia urbana, a preocupação se dá desde a escala regional até a intra-urbana, exemplos como os trabalhos de Arrais (2004); Barbosa, Neto e Gomes (2004) entre outros, afunilam a complexa discussão urbana-regional, por outro lado, Cavalcanti (2001); Paula (2003) e outros debruçam-se sobre a discussão intra-urbana, que é o foco desse trabalho.

Antes de adentrar na geografia urbana de Anápolis, faz-se necessário, de forma sucinta, explanar acerca da urbanização goiana, onde Anápolis se confunde com o próprio processo.

O processo de urbanização em Goiás foi esparsa desde a mineração nos séculos XVIII e XIX, se intensificando com a decadência da atividade aurífera. Após a mineração, o espaço goiano-tocantinense se caracterizou como uma terra de passagem, de tropas e de desbravadores aventureiros, até a chegada da estrada de ferro em Anápolis e a criação da Cang em Ceres fruto do projeto modernizador getulista (BARBOSA; NETO; GOMES, 2004).

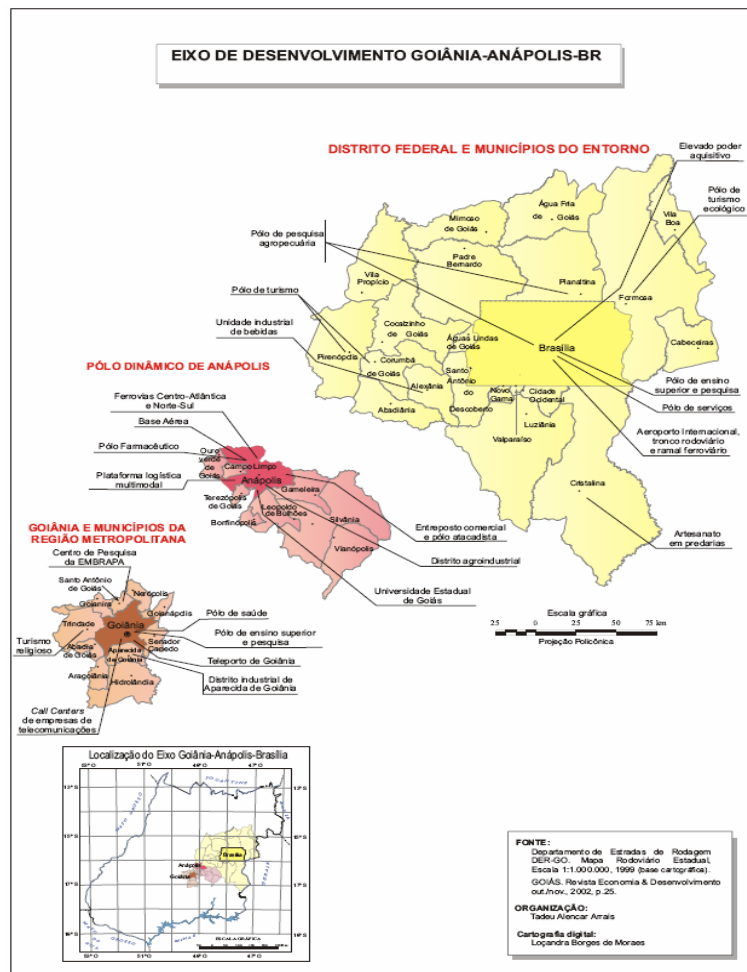
Após a década de 1940 e 50, as cidades de Goiânia e Brasília funcionavam como pólos de atração, estimulando a migração para as terras goianas, a segunda, com mais intensidade do que a primeira (ARRAIS, 2004). Com a migração intensificou-se o processo de urbanização, principalmente na área do centro-sul goiano. Outro fator determinante na urbanização goiano-tocantinense foi à modernização da agricultura estabelecida no sudoeste goiano, ocorridos nas décadas de 1970 e 1980. Com a expansão da fronteira agrícola, o cerrado tecnificou-se aceleradamente, novas técnicas foram assimiladas pelo campo, promovendo forte fluxo migratório do campo para a cidade, é até mesmo das cidades pequenas para a capital Goiânia e também para Anápolis. Nesse período (1970 e 80) a população urbana superou a rural no estado goiano (ARRAIS, op.cit.), aqui entendido como Goiás e o atual Tocantins.

Em meados do século XX, Anápolis se despontava como um forte centro atacadista comercial do estado de Goiás, sendo classificada como a “Manchester goiana” (BARBOSA; NETO; GOMES, 2004), título que faz alusão a próspera cidade do interior inglês. Ainda de acordo com Barbosa, Neto e Gomes (Op.cit), a instauração da estrada de ferro nos anos de 1935 ligou o centro-sul goiano com o Sudeste brasileiro, conformando uma nova rede do estado com Minas Gerais, São Paulo e até Rio de Janeiro, o que fez com que Anápolis gozasse de destaque no rearranjo urbano regional goiano, isto por ser a última estação da ferrovia centro-atlântica ligando o norte “pobre” de Goiás com o sul próspero, dinâmico e interligando ao sudeste do país. Depois disso, a cidade obteve crescimento acelerado, sendo fortalecida com a construção de Brasília, ficando assim, em uma posição privilegiada entre Goiânia e a capital federal (Brasília), sem levar em conta, o impacto que a



construção e consolidação, no período militar, do DAIA (Departamento Agro-Industrial de Anápolis) gerou na cidade.

Nessa compreensão regional, Anápolis se destaca como centro polarizador da rede urbana do centro goiano (ver mapa 1), principalmente na relação com Goiânia, e se confunde, como já fora citado, com o acirramento da urbanização e entrelaçamento da rede urbana em Goiás. Não somente no centro goiano, mas na região norte do estado, Anápolis desempenha papel fundamental na relação regional com os municípios de Ceres, Uruaçu, Porangatu, Minaçu, Pirenópolis entre outros. A região da estrada de ferro também se comunica com Anápolis desde os tempos de “vida” da ferrovia. De forma mais sutil, Anápolis se relaciona com Brasília e municípios adjacentes.



Mapa1: Pólo dinâmico de Anápolis

Fonte: www.observatorioegoias.com.br. Acesso em: 09/05/06.



O intuito de se entender a influência de Anápolis no contexto da urbanização goiana, se dá guiado pela compreensão de que o forte desenvolvimento desse centro urbano, sua posição estratégica, crescente tecnificação e cientificação espacial, desencadeiam um inchaço populacional e um uso desordenado do solo urbano, o que faz aflorar distintos problemas urbanos na sua estrutura intra-urbana.

Hoje, Anápolis enfrenta problemas correspondentes aos de outras cidades médias do país. A questão da moradia é algo que se evidencia com muita clareza ao se observar o mosaico que vem se compondo nas franjas da cidade. Os agentes imobiliários disputam o mercado anapolino que se valoriza fortemente, acirrando assim o acesso a moradia, expulsando as classes populares para áreas longínquas e sem infra-estrutura, fragmentando o espaço interno da cidade e promovendo os respectivos vazios demográficos, causando assim, um embate entre espaço privilegiado e excluído. Rodrigues (1994, p. 17) discute essa questão afirmando que

a terra é, também, uma espécie de capital, que está sempre se valorizando. É, na verdade, um falso capital, porque é um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva. Inverte-se capital-dinheiro em terra e 'espera-se' a valorização.

Ao promover um raciocínio, ainda que breve da urbanização de Goiás no entendimento da cidade de Anápolis intermediando o processo, como também, iniciar uma discussão acerca dos problemas intra-urbanos, seja no caso da disputa pela terra que se resume a segregação/exclusão, ou pela ação dos agentes imobiliários e proprietários fundiários e, em segundo plano o Estado, percebe-se que o crescimento desordenado da cidade de Anápolis complexificou seu espaço urbano. Moura e Ultramari (1996, p. 16), fortalecem essa idéia dizendo que o crescimento das periferias não tem limites:

O espaço de crescimento de uma cidade maior poderá, também, ser encontrado em outras cidades satélites ou subúrbios - que vão sendo ocupadas, passando a compor uma grande mancha urbana única. E assim, serão áreas periféricas cada vez mais distantes das tradicionais áreas centrais.

Esse exemplo é muito claro no caso de Anápolis. Sua dinâmica leva ao que Milton Santos (1993) chama de cidades corporativas: a ação das imobiliárias, das empresas, dos capitais e investimentos, dinamizam o espaço interno da cidade, sendo necessário um olhar mais aproximado da dinâmica intra-urbana de Anápolis.

Breve análise intra-urbana de Anápolis

A cidade é um aglomerado de relações sociais, e torna-se mais complexa pela divisão social do trabalho. As classes sociais se comportam de forma contraditória na configuração da paisagem



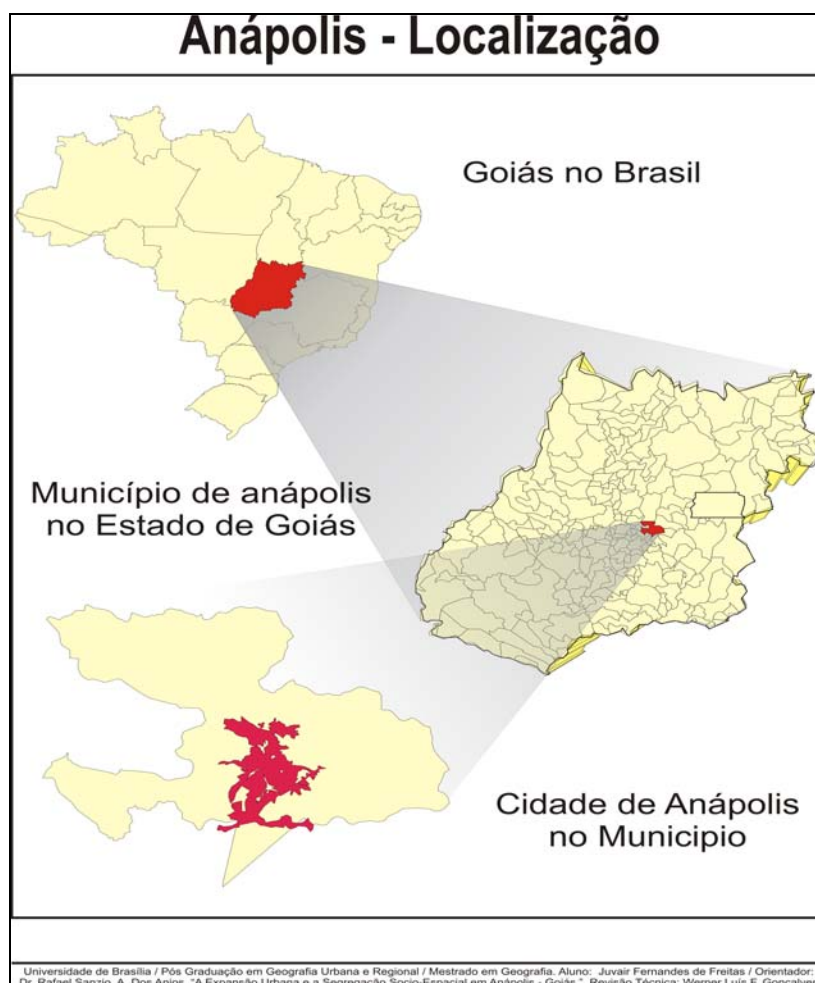
urbana, o espaço é cada vez mais dividido, segregado; a concentração de renda expressa um ambiente fragmentado e funcionalizado: setores voltados às classes populares, locais de risco, ambientes fétidos, setores residenciais de classe média e alta, centralidades voltadas ao público alvo, subcentros especializados e voltados a uma parte da cidade, sem falar dos condomínios horizontais e verticais que afloram como ilhas fortificadas de segurança e amenidades, uma espécie de *feudos pós-modernos*. Estas questões se explicam entre a disputa de capital e sociedade argumentada por Carlos (1997, p. 41):

O uso do solo não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena.

No espaço intra-urbano, a disputa por melhor localização é a chave para reestruturação do espaço. Nem todos os cidadãos de uma cidade têm os mesmos direitos do que os outros no território. Santos (1993) chega a afirmar que dependendo do lugar que se encontra o indivíduo, isso representa sua condição social. E vai mais longe, quando afirma que o cidadão é visto como um consumidor, um produto nos meandros do espaço, a condição social ativa, cidadã é lhe arrancada e fortalecida com a indústria da alienação e consumismo; o não cidadão se desvincula das questões espaciais e se aprofunda na alienação.

Uma cidade como Anápolis, que recebeu e vem recebendo grande atenção, tanto por parte do Estado como por parte dos setores privados, abarca grande interferência de capitais e ações territorializantes, por outro lado, desenvolve desequilíbrios sociais no bojo da ordem do capital neoliberal. Soja (1993) salienta que os fortes investimentos internacionais, como também, a entrada de grandes empresas na cidade de Los Angeles promoveram intensa reestruturação do espaço intra-urbano da cidade; o centro e as centralidades ficaram dominados pelo capital externo. Em Anápolis, a entrada de capitais empresariais, seja no ramo da agricultura ou mesmo da indústria farmacêutica, causou novos arranjos territoriais na sua configuração interna. Além da migração, a valorização de imóveis, a crescente verticalização, periferização, polinucleação, além de dinamizar o mercado o consumo e o comércio, gerou fortalecimento da classe burguesa e fortaleceu o controle das mesmas sobre áreas específicas da cidade, forjando a segregação sócio-espacial. Para Santos (2003, p. 136), “A classe média é grande beneficiária do crescimento econômico, do modelo político e dos projetos urbanísticos adotados”.

Anápolis comemorará seu centenário no ano de 2007, fato que a coloca em uma posição peculiar quando se analisa seu espaço intra-urbano, já que é a única cidade com quase cem anos no estado de Goiás que possui 313.412 mil habitantes (ver mapa 2).



Mapa 2: Localização de Anápolis

Fonte: FREITAS, J. F. A expansão urbana e a segregação sócio-espacial em Anápolis-GO. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Geografia - UNB, Brasília, 2004.

A análise intra-urbana ao evidenciar o processo de fragmentação, reestruturação e formação de novas centralidades - como também, a cristalização, expansão da área central, coesão e formação de subcentros - se atém aos estudos das cidades médias e grandes; pois são estas que comportam alguns desses fenômenos de forma mais consolidados.

Observa-se empiricamente que a questão da peculiaridade de Anápolis se dá pelo fato dela já em plenos anos 1960 e 1970 apresentar início de expansão da área central e um desenvolvimento superficial de um subcentro, sendo o exemplo citado a Vila Jaiara que se conforma na região norte da cidade que desempenha e desempenha certa autonomia e influência nos setores populares que a envolvem. Fato que se comparado com Goiânia, por ser muito mais jovem do que Anápolis, em 1950



e 1960 estava ainda consolidando seu centro tradicional, e em 1970 e 1980 concretizando a expansão da área central e a formação de novos subcentros e de centralidades (PAULA, 2003).

Os fenômenos de descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia, apontados por Paula (2003) são mais intensos do que em Anápolis, sendo mais perceptíveis, por estarem bem mais consolidados. O conceito que Santos (1978) denomina de *macrocefalia urbana* pode ser aplicado perfeitamente à Goiânia, sendo ela uma “grandiosa” e *emancipada* envolvida por outros municípios que dela dependem de forma direta ou indireta. Nesse sentido, torna-se visível fazer uma comparação entre Goiânia e qualquer outra cidade do estado, o que quando feito serve somente como exemplo superficial. Contudo, o centro tradicional goianiense sofreu forte “decadência” e o mosaico interno da cidade comporta-se de forma bastante complexa, polinucleada²; algo que não se evidencia com tanta clareza em Anápolis.

Na concepção de Corrêa (1995), o espaço urbano constitui os diferentes usos da terra justapostos entre si, que aparecem de forma fragmentada e simultaneamente articulados, já que as partes mantêm relações com as demais. O espaço urbano é para este autor, também um reflexo de diferentes tempos e formas espaciais. Esse espaço fragmentado e articulado se move na lógica do centro e não-centro (VILLAÇA, 1998). O centro é onde se “concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais de transportes interurbanos e intra-urbanos” (CORRÊA, 2001, p. 123).

Verifica-se em uma observação empírica que o centro de Anápolis exerce grande influência em toda a cidade pela diversidade comercial e de serviços concentradas nessa determinada área. É arriscado afirmar que o centro anapolino se encontra em fase de “decadência”, claro que se observa uma paisagem relativamente deteriorada, aluguéis a preço populares em pontos do centro, equipamentos voltados às classes populares como várias galerias (*shoppings populares*), lojas de vestuários, de utilidades domésticas, cebos, comércio informal entre outros. Por outro lado, no mesmo centro encontra-se banco privado, hotéis, cinema, livrarias, escolas privadas tradicionais, lojas diversas voltadas ao público de melhor poder aquisitivo. O que se conclui a *priori* é que o centro tradicional de Anápolis está em um processo em transição constituindo-se em um centro multifacetário e fluído, uma verdadeira simbiose entre o velho e o novo, o moderno e o arcaico e entre o abastado e o popular. Villaça (1998) diz que no social nada é, tudo está sendo ou deixando de ser. Um centro não é centro, se torna ou deixa de ser centro. Mas ao observar de forma empírica, percebe-se uma tendência forte em se acirrar o processo de “decadência” do centro tradicional anapolino, e conseqüentemente, uma tomada ou retomada da classe popular do centro tradicional; esse processo é classificado por Corrêa (2001) de *invasão-sucessão*.



Continuando com Corrêa (op.cit., p. 26), este argumenta que a gênese da descentralização está pautada na mobilidade comercial, industrial e das classes, e acrescenta que tal descentralização:

Implica em uma diminuição relativa da acessibilidade da Área Central, e aumento relativo da acessibilidade de outros locais, à qual está associado o desenvolvimento dos meios de transporte intra-urbanos mais flexíveis [...]. Alguns dos locais periféricos ao centro tornaram-se réplicas em menor escala da Área Central, enquanto outros passaram a concentrar indústrias, novas ou descentralizadas, originando, respectivamente, subcentros comerciais e áreas industriais não-centrais.

Segundo Villaça (1998) a decadência do centro tradicional se dá basicamente pela mobilidade das classes abastadas que ora se concentravam no centro, para áreas adjacentes formando o Centro Novo ou Centro Expandido. O processo de descentralização conforma o espaço intra-urbano de uma cidade de forma fragmentada e funcionalizada. Novas centralidades vão sendo constituídas, fato que Soja (1993) classifica como cidade policêntrica: aquela que se periferizou (cidade externa), sofrendo rearranjo através das nodalidades formadas com as novas centralidades. Beltrão Spósito (2001) denomina esse fenômeno de Centralidades Múltiplas e Polinucleadas. Segundo a referida autora, Múltipla quer dizer uma cidade com várias centralidades, e polinucleada, são essas centralidades diversificadas, voltadas a diferentes clientelas. Beltrão Spósito prossegue dizendo que as centralidades representam os fluxos territoriais no espaço interno da cidade, são elas que dão nova dinâmica as espacialidades intra-urbanas.

Não se pode afirmar, como já feito acima, a polinucleação de Anápolis. Fenômenos já consolidados em algumas metrópoles estão em fase de consolidação ou ainda em processo de formação em Anápolis. Não que dizer que não exista outra centralidade no espaço anapolino e nem outros subcentros.

Em uma análise empírica, concebe-se uma dispersão das atividades comerciais em Anápolis, seja ao longo das avenidas Pedro Ludovico (com relativa coesão de moto-peças e funerárias), Fernando Costa, Tiradentes (diversidade comercial), Presidente Kenedy (forte diversidade e com relativa coesão de lojas de construção), Brasil (parte sul predomina indústrias, duas concessionárias e norte parcialmente predomina oficinas e equipamentos do gênero), Universitária (duas grandes universidades privadas – *Uni-Evangélica e Faculdade Latino-americana* –, o único shopping da cidade – *Anashopping* – e forte diversidade comercial, sendo importante eixo de comércio da cidade) Mato Grosso, JK, Minas Gerais, Pinheiro Chagas, São Francisco (todas passam pelo Bairro Jundiá com comércio voltado às burguesias anapolinas) entre outras. Além das avenidas, cristalizam-se setores comerciais como a Vila Jaiara, podendo ser classificado como um subcentro popular; o Setor Maracanã, com destaque para sua diversidade comercial, e uma crescente verticalização, sobressaindo no ramo imobiliário na sua fisionomia de setor residencial, além de funcionar como uma



expansão da área central, com universidades, bancos e forte diversidade comercial; pode-se apontar ainda o Bairro Alexandrina, o qual possui uma superficial coesão comercial no ramo de lojas de materiais de construção e vestuário. Mas o Setor de maior destaque é o Bairro Jundiáí; esse concentra a maior parte ou grande parte da classe abastada da cidade, além de se classificar como um forte setor residencial gozando de uma crescente verticalização, também se destaca na especialização comercial, na maioria voltada às classes de melhor poder aquisitivo, como bares, clubes e espaços públicos urbanizados que proporcionam lazer à mesma classe. Nesse entendimento, faz-se necessário aprofundar o olhar sobre o Bairro Jundiáí e sua influência no arranjo intra-urbano de Anápolis.

Segregação sócio-espacial: o Bairro Jundiáí

A cidade é local onde as relações sociais se encontram materializadas. E o seu modo de vida peculiar, concentrado, está sob a lógica da inclusão/exclusão. Cavalcanti (2001, p. 11) coloca que: “Atualmente, a cidade é o lócus privilegiado da vida social, à medida que, mais do que abriga a maior parte da população, ela produz um modo de vida que se generaliza” (CAVALCANTE, 2001, p. 11). Em Anápolis, a vida social é muito arraigada a valores provincianos, de identificação com o lugar, por um lado, exaltados nos alvares das classes médias e altas, onde gozam de prestígios sociais familiares e concepções retrógradas referentes às determinadas condições sociais. Por outro lado, o modo de vida que se produz e se generaliza no espaço anapolino, encontra sua outra face antagônica muito próxima de si. A idéia de organizada, estruturada, glamurosa sai de cena e abre passagem ao caótico, desestruturado, precário e espraiado, nos interstícios das suas distantes periferias. Pode se afirmar que o “sagrado e o profano” andam juntos em Anápolis; o moderno e o precário estão entrelaçados. Nas palavras de Milton Santos (1996), o espaço é a morada do homem, mas pode ser sua prisão. A cidade com seus setores nobres segregados e suas periferias crescentes, expressa tanto um lugar de morada como uma prisão.

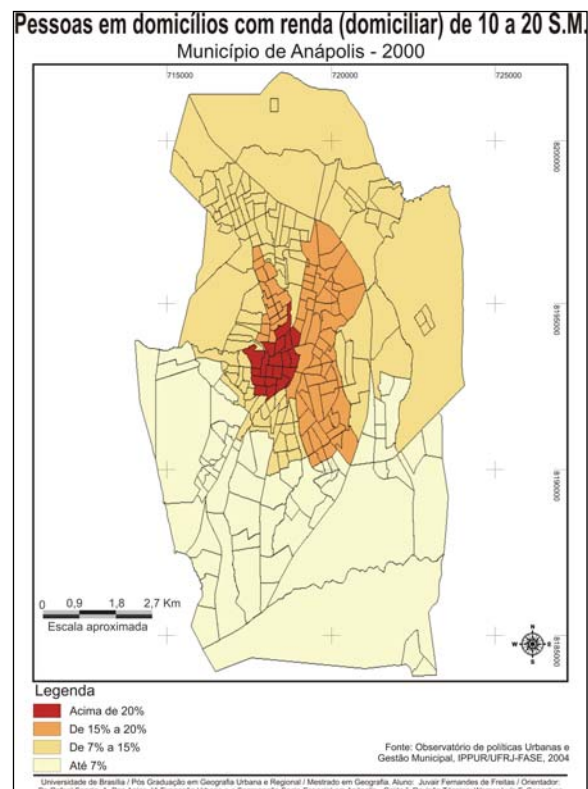
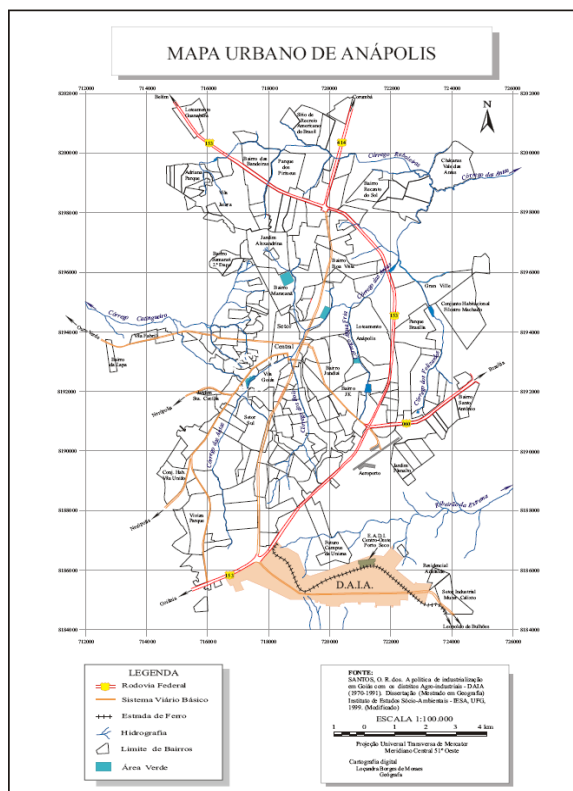
Ao investigar os espaços segregados anapolinos, traça-se um percurso para dois mundos: o mundo segregado das classes populares e o mundo da auto-segregação das classes abastadas. No primeiro caso, as classes vêm-se obrigadas a habitarem em condições, na maioria das vezes, irregulares ou sem infra-estrutura e acessibilidade; tudo norteado pelo preço da terra e dificuldade em adquiri-la. Nesses espaços configuram-se fisionomias particulares na paisagem urbana. É o espaço produzido pelos agentes excluídos conforme ressalta Corrêa (1995), e que Santos (2003) classifica de espaços esquizofrênicos; aqueles onde se forma sem planejamento, e sim pela ação necessária e instintiva dos indivíduos.



Já o universo construído ou habitado pelas classes abastadas expressam imponência, estando em constante assistência e manutenção por parte do poder público. Villaça (1998), propõe a tese que, nos países desenvolvidos, como a classe de maior poder aquisitivo se encontra em grande número, a cidade se segrega em setores de círculo, ou anéis concêntricos, ou seja, em volta do centro e as classes populares se concentram nas áreas centrais e nas franjas da cidade. Já nas cidades brasileiras e dos países considerados emergentes e subdesenvolvidos, a segregação se dá em regiões gerais: as classes abastadas tendem a se aglutinarem em um único espaço - por serem minoria - isso facilita o poder público atender tal região, já que essa minoria exerce muita influência. Portanto, a segregação no Brasil e no mundo subdesenvolvido é muito mais acirrada, a exclusão é muito mais incisiva e Anápolis não foge a essa regra.

Analisando a distribuição sócio-espacial de Anápolis, percebe-se uma concentração da classe alta e média no centro e no Bairro Jundiáí (ver Mapa 3 e 4), e uma leve dispersão para o Maracanã e áreas adjacentes, consolidando o direcionamento de sua região geral segregada em setores.

Mapa 3: Mapa urbano de Anápolis



Fonte: www.observatoriogeogoias.com.br. Acesso em: 09/05/06.

Mapa 4: Distribuição de Renda em Anápolis de 10 a 20 Salários Mínimos.

Fonte: FREITAS, J. F. A expansão urbana e a segregação sócio-espacial em Anápolis-GO. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Geografia - UNB, Brasília, 2004.



Villaça (Op. cit.), diz que a segregação é um processo fundamental para a estruturação do espaço intra-urbano. Conforme a mobilidade e localização das classes de menor poder aquisitivo, juntamente com seus estabelecimentos comerciais (consultórios, lojas, academias...) e seus *lobbies*, em uma determinada área, gera-se valorização, maior atenção e centralização do local e a conseqüente “decadência” ou deterioração de outros.

Enquanto o centro de Anápolis demonstra leve processo de deterioração e popularização, o Jundiá é a imagem da “urbanidade anapolina”. Nele encontra-se um grande potencial habitacional com condomínios de luxo e forte concentração comercial voltada a classe alta e média.

O Jundiá já surgiu sobre a ação dos agentes imobiliários. Segundo Hilário (2004), a *Sociedade Imobiliária Anapolina* intermediou as vendas das terras para conformação do bairro na década de 1940, com terras de oligarcas anapolinos para a construção do Anápolis *Sport Club*. O bairro recebeu, desde sua origem, grande atenção de empresários e do poder público, estabelecendo um plano urbanístico que o ligasse ao centro e que o embelezasse. Mas somente na década de 1950, é que o Jundiá adquiriu vitalidade e se tornou em bairro “nobre” (HILÁRIO, op.cit) e hoje comporta a classe industrial, comercial e agrária de Anápolis. Um fato interessante que Hilário (op.cit) ressaltava, é que o bairro conforme foi tomando face de lugar nobre, a classe abastada achou necessário mudar o nome do setor, que era *Zé-daí* – o qual estereotipava o bairro como sendo de classes proletárias - para Bairro Jundiá, no intuito de denotar prestígio, causando polêmica entre os moradores populares de baixa escolaridade, sentindo-se segregados.

Com a caracterização de bairro nobre a partir das décadas de 1960 e 70 e que continua até hoje, o Bairro Jundiá se comporta como um Centro Expandido ou mesmo um subcentro de Anápolis, possuindo densa verticalização, propiciando crescimento econômico e comercial. Acerca da verticalização no Bairro Jundiá, Hilário (2004, p. 63) ressaltava que:

O bairro Jundiá apresenta grande rentabilidade com o mercado imobiliário voltado para verticalização, embora em pequeno porte, já serve de fetiche para várias pessoas da classe média e alta em busca de segurança, conforto e acessibilidade. Dessa forma, o bairro Jundiá possui 430 lotes vagos, em que 5336 lotes estão edificadas o que somam no total de 5766 lotes para uma população estimada de 18,783. Verificando um dos setores com maior densidade populacional de Anápolis.

O espaço intra-urbano torna cada vez mais uma mercadoria, se compra acessibilidade, segurança e conforto. Carlos (1996, p. 63) diz que:

[...] A crescente urbanização do planeta propicia a valorização das relações sociais, através da ampliação do domínio do mundo da mercadoria que invade a vida das pessoas onde tudo é comprado e vendido, posto que o ato de troca é um ato do cotidiano que traz como conseqüência uma relação entre sujeitos baseados na cadeia de equivalência de não equivalentes.



Como já foi ressaltado, o processo inicial de descentralização em Anápolis, gerou a mobilidade da classe abastada para setores adjacentes, a modernização da cidade trouxe uma vinda e conseqüente ascensão da classe burguesa para a cidade, que aproveitou a segregação do Bairro Jundiáí alojando-se no mesmo.

Outro exemplo bem contemporâneo de segregação, pode-se dizer que é uma forma pós-moderna deste fenômeno, é a formação dos condomínios horizontais fechados. As elites buscam um refúgio em locais distantes, com verde, ar puro e com acesso garantido ao centro por vias expressa etc., além de forte segurança. Em Anápolis, Souza (2004) identificou dois condomínios: “o *Sun Flower* e *Rose’s Garden*, o primeiro está na periferia e o segundo na área rural de Anápolis” (p. 40). Ali se forma um novo arranjo homogêneo de segregação das elites.

Voltando ao Jundiáí, onde no seu espaço intra-urbano concentra além de condomínios verticais, uma universidade pública (UEG), escolas infanto-juvenil voltadas às classes abastadas, tendo como exemplos a escola *Gente Miúda*, escolas técnicas (SENAI e SESI), escolas de idiomas e de formação do ensino médio voltada ao vestibular, exemplo do *Colégio São Francisco*, além de bancos públicos e privados, também órgãos públicos, lojas de informática e de jogos em rede, de roupas finas (casamento e festividades), clínicas de estética, médica e odontológica, maternidade e hospital geral, além de papelarias e livrarias, academias, bares e boates voltada também às elites, etc. Na praça Dom Emanuel, ocorre festividades tradicionais – confirmando a idéia de *Centro Novo* do bairro – eventos culturais e *mega shows*, além de estar envolvida por forte diversidade comercial, tem ainda um supermercado direcionado às classes médias e altas. A avenida São Francisco, Mato Grosso, Pinheiro Chaga e JK comportam intenso fluxo de veículos, pessoas e capital, além de reter a maior parte da diversidade comercial do setor.

Conforme Souza (2004), o Bairro Jundiáí, por ter a maior concentração da classe alta e média da cidade, representa no inconsciente coletivo do anapolino, prestígio, ensejando idéia de novo centro ou uma forte centralidade, arrancando “suspiros” de indivíduos que sonham em vivenciá-lo de forma efetiva e estão isolados, segregados e excluídos dessa situação “confortável” mas desigual, e necessária à lógica capitalista.

Considerações Finais

O Bairro Jundiáí expressa elevada autonomia com relação ao resto da cidade, seja no âmbito de postos de empregos, serviços, saúde, educação e lazer. Este trabalho é apenas um estudo superficial sobre Anápolis, é preciso um outro mais aprofundado com maior suporte teórico/prático de investigação e conclusão dos fenômenos, através de dados estatísticos, etc., do Bairro Jundiáí de todo o espaço intra-urbano de Anápolis. É preciso fazer também uma setorização da segregação das



classes de alta e baixa renda da cidade e, uma investigação mais profunda da descentralização e dispersão comercial, não se esquecendo da formação de novos subcentros e centralidades ao longo da cidade de Anápolis, além de uma análise detalhada do Plano Diretor.

O objetivo proposto no início do trabalho, analisar teoricamente e descritivamente o espaço intra-urbano anapolino, se enquadra bem no que Silva (2004, p. 67) propõe como descrição e reflexão:

Quando escrevemos o que vemos, usamos ao mesmo tempo o nosso raciocínio, há, portanto uma reflexão. Reflexão do imediato, é claro, uma reflexão sobre o fenômeno. Ao rompermos o imediato, ou quebrarmos o fenômeno mentalmente, nos abstraímos, momentaneamente da aparência, fugimos da pura fisionomia do que está diante de nós, queremos alcançar o seu conteúdo, sua essência: ao conhecê-lo, passamos a sua descrição. Com isso estamos dizendo que assim como a aparência não é inimiga da essência, descrição não inimiga da reflexão, uma está sempre na outra, ou é um momento da outra.

Portanto, tanto a "descrição reflexiva, quanto a reflexão descritiva têm importância na análise geográfica" (op. cit., p. 67). Esse trabalho pautou-se sobre esse viés, no intuito de incitar o debate sobre a segregação em Anápolis, inscrevendo uma análise que se desvincule da sua condição enquanto metrópole regional de Goiás, voltando-se às suas complexidades internas.

A continuação relevante desse momento de reflexão se dá pelo fato de levantar a problemática do fenômeno de descentralização e formação de centralidades polinucleadas, novos arranjos espaciais e eixos de comando que afloram nas distintas cidades médias brasileiras, refletindo de forma diferenciada acerca do espaço intra-urbano, buscando acirrar o debate sobre esses fenômenos, que se encontram em fase complexa nas grandes cidades do Brasil e do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAIS, Tadeu Alencar. *Geografia contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.
- BELTRÃO SPÓSITO, Maria Encarnação. Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____ (Org). *Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: [s.n.]. 2001.
- BARBOSA, A. S.; NETO, A. T.; GOMES, H. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
- CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALCANTI, Lana de Souza (org). Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: _____ (Org.) *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia*. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.



HILÁRIO, Luciana de Medeiros. *A verticalização no bairro Jundiá em Anápolis/GO*. Monografia. (Graduação em Geografia). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2004.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis. *O que é Periferia Urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PAULA, Flavia Maria de Assis. *Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PAULA, F. M. A; CORREA, E. A. L.; PINTO, J. V. C. *O papel do Setor Campinas na formação da centralidade polinucleada de Goiânia*. In: IX EREGEO. CD. Porto Nacional, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moisés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: NOBEL, 1993.

_____. *Pensando o espaço do homem*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Germana Rita. *Espacialização da renda per capita em Anápolis – um estudo sobre a segregação sócio-espacial*. Monografia. (Graduação em Geografia). Universidade Estadual de Goiás - UnUCSEH, Anápolis, 2004.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Ed. NOBEL, FAPESP, 1998.

¹ Acadêmicos do curso de geografia da Universidade Estadual de Goiás – Anápolis/GO. E-mails: vandério@pop.com.br; elainelobo@seplan.goiania.go.gov.br.

² Mais detalhes sobre descentralização/segregação em Goiânia e formação do centro expandido investigar Paula (2003) e sobre centralidades polinucleadas e subcentros populares ver Paula, Correa e Pinto (2005).